

CRESCIMIENTO ECONÓMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – INFLEXÕES RECENTES

ALEXIS TORÍBIO DANTAS*

RESUMEN:

El aumento de las relaciones comerciales entre Brasil y China, elevada a la categoría de principal socio comercial de Brasil, requiere de la reflexión sobre el papel efectivo de América Latina como un objetivo prioritario de la inserción internacional de Brasil. Así, el trabajo tiene como objetivo analizar el impacto de las transacciones con China en el comercio exterior brasileño con los países de América Latina, tratando de identificar los posibles cambios en el volumen y las características de los productos comercializados.

Palabras claves: relaciones comerciales, desarrollo económico, América Latina, política económica, comercio exterior brasileño.

ABSTRACT:

The increase of trade relations between Brazil and China, elevated to the status of principal trading partner Brazil, requires the reflection of the effective role of Latin America as a prime target of international insertion of Brazil. Thus, the work aims to analyze the impact of transactions with China in the Brazilian foreign trade with Latin American countries, seeking to identify possible changes in the volume and characteristics of products traded.

Keywords: *trade relations, economic development, Latin America, economic policy, Brazil's foreign trade.*

*Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Brasil)

Introdução

A base da política econômica brasileira sofreu poucas alterações desde a crise externa de janeiro de 1999, sustentada fundamentalmente em três pilares. Primeiro, e imediatamente decorrente da crise do Balanço de Pagamentos, a adoção de um regime de **câmbio flutuante**, resultante da incapacidade de prosseguimento das bases da âncora cambial que fundamentaram o Plano Real.

Segundo, como mecanismo de estabilização de preços substitutivo da âncora cambial, uma política monetária fundada no sistema de **metas inflacionárias**, “caracterizado pelo anúncio oficial de uma meta de crescimento para algum índice de preço escolhido *a priori* para um determinado período, e pelo reconhecimento de que o controle dos preços é o principal objetivo da política monetária. Assim, tais metas coordenariam a formação de expectativas inflacionárias dos agentes e a fixação de preços e salários” (Ferreira e Jayme Junior, 2005:2).

Terceiro, e estreitamente associada à política monetária, uma política fiscal austera definindo níveis de **superávit primário** que amortecessem o potencial efeito explosivo da dívida pública em um contexto de elevadas taxas de juros, muito superiores à taxa de crescimento do PIB.

Nesse caso, o objetivo era compensar as despesas financeiras do governo com um saldo positivo nos gastos e receitas correntes, evitando um crescimento descontrolado do déficit público operacional. A política fiscal seguiria, portanto, uma função de **variável de ajuste**, dado o papel da taxa de juros como mecanismo de estabilização¹.

Quanto à questão do crescimento econômico, a conjugação das metas inflacionárias com uma política fiscal austera garantiria, de acordo com o modelo adotado, a estabilidade econômica requerida, oferecendo aos agentes econômicos um cenário propício para as decisões de investir. A capacidade de elevar as taxas de crescimento resultaria, em última instância, do aumento de produtividade dos fatores de produção, desde

1.- A racionalidade desta tríade de diretrizes de política econômica baseava-se na suposição de que mecanismos de política macro não têm efeito sobre o nível de atividade, mas apenas sobre o nível de preços (inflação). A estabilidade de preço é, destarte, o objetivo único a ser seguido pela política macroeconômica.

que os mecanismos de mercado atuassem sem interferências, sobretudo no que diz respeito aos preços relativos estáveis e à conformação de um ambiente favorável ao aumento da concorrência na economia (em especial a concorrência externa)².

Todavia, desde o fim do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterações de rumo passaram a traduzir mudanças no sentido da política econômica, baseadas em três aspectos:

expansão em ritmo acelerado das políticas sociais em curso, particularmente os programas de transferência de renda (com destaque para o bolsa família);

sistemática elevação do salário mínimo real, sobretudo a partir de 2003;

expansão dos programas de investimento público em infraestrutura, inclusive pelos seus efeitos sobre o nível de atividade econômica³.

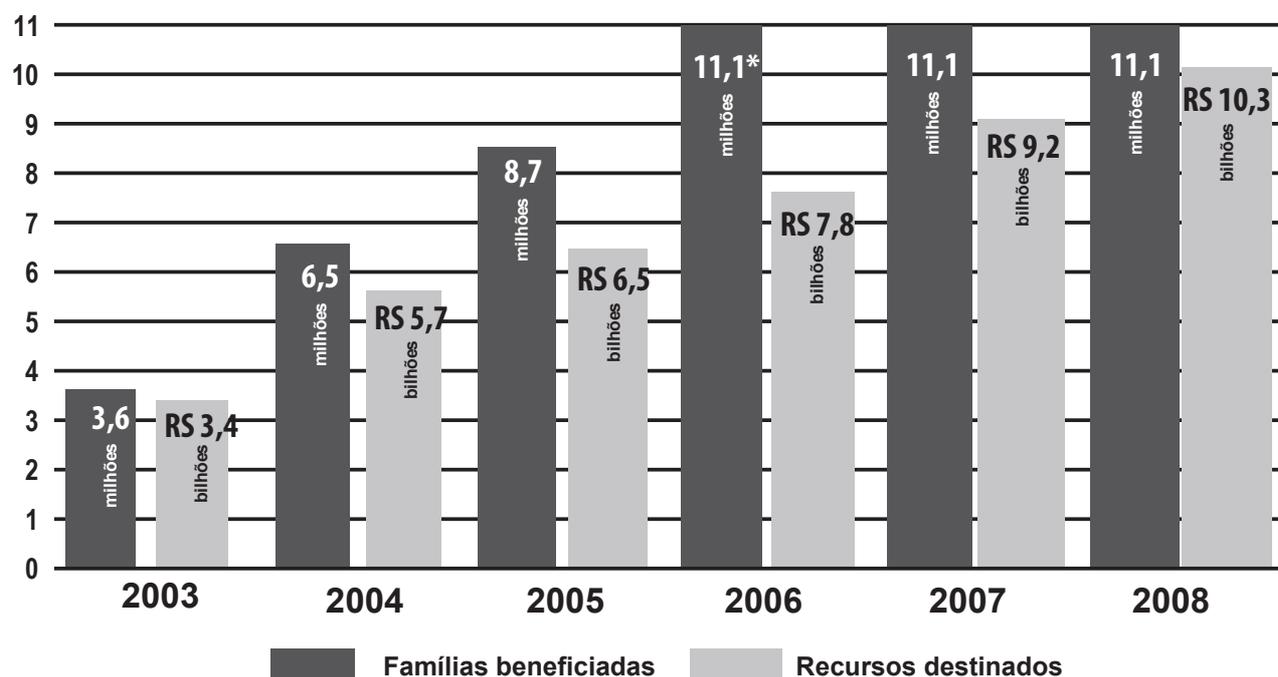
Nas próximas seções, serão avaliados os principais impactos dessas inflexões de rumo da política econômica e social no Brasil em sua evolução recente. A última seção se encarrega de examinar as principais lições e conclusões acerca do novo cenário, além de uma possível agenda futura de preocupações nesta direção.

Evolução dos programas de transferência de renda e do salário mínimo real no Brasil e seus efeitos.

2.- O problema do crescimento apresentado nessa visão é tratado, assim, como uma questão essencialmente microeconômica.

3.- Vale dizer que esta é uma mudança de suma importância, pois é claramente resultante da ascensão, no governo, de uma corrente que pensa o crescimento econômico a partir de questões macroeconômicas, antagônica à ortodoxia dominante. Se não conseguiu mudar a base da política monetária, essa corrente conseguiu, ao menos, uma importante flexibilização da política fiscal.

Gráfico 1 – Evolução do Bolsa Família no Brasil – 2003-2008



Fonte: MDS *Em junho de 2006, foi atingida a meta do programa, que é o atendimento de 11,1 milhões de famílias

Fonte: <https://www2.gestao.presidencia.serpro.gov.br/em-foco/pasta.2008-11-28.3964764734/folderimagem.2008-12-02.7506485675/evolucao-da-bolsa-familia/view>.

No que se refere ao programa bolsa família, pode-se destacar que:

- a) Entre 2003 e 2008 o programa ampliou o número de beneficiário de 3,6 milhões para 11,1 milhões (cerca de 35 milhões de brasileiros atendidos direta ou indiretamente), um aumento de 208,3% – Gráfico 1;
- b) O volume de transferências cresceu de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 10,3 bilhões no mesmo período (crescimento de 200% aproximadamente) – Gráfico 1.

Quanto ao salário mínimo, pode-se observar que (OIT, p.1):

“The minimum wage (MW) is a key indicator for earnings trends in Brazil. It determines the earnings of formal workers who receive the MW and of those whose earnings are expressed in

multiples of the MW (called the numeraire effect) as well as for informal workers whose wages equal the MW (lighthouse effect). There is ample evidence to suggest that the MW acts as a reference indicator for job earnings. Workers and employers negotiate wages often using the MW as a reference”

Gráfico 2 – Salário Mínimo Real – Brasil – 1994-2010.



Fonte: IPEADATA

- a) Entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002 (período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso), o crescimento do salário mínimo real foi de 42,1% – Gráfico 2;
- b) Entre janeiro de 2003 e julho de 2010 (período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva), o crescimento do salário mínimo real foi de 71,5% – Gráfico 2 (este valor vai até o final do mandato em janeiro de 2011).

3 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

De acordo com nota técnica do DIEESE⁴,

“O PAC revela uma ação governamental planejada com vistas a retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do país. Tais medidas podem significar uma mudança qualitativa no papel a ser desempenhado pelo Estado na sociedade brasileira, através do distanciamento em relação ao discurso liberal das “vantagens do livre mercado” na alocação dos investimentos.” (p. 3)

Nesse sentido, percebe-se uma clara mudança de postura do governo quanto à importância relativa da política fiscal. Como síntese dos objetivos do PAC, pode-se destacar os seguintes aspectos:

- a) O principal ponto do programa é a expansão dos investimentos – a partir do aumento dos investimentos públicos, acredita-se que haverá uma forte aceleração também dos investimentos privados, estimulados pela atuação de empresas estatais, bancos oficiais (principalmente o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O total de dispêndios previstos é de cerca de USD 285 bilhões até o fim de 2010;
- b) O principal alvo é a infraestrutura, com destaque para rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, recursos hídricos. Energia elétrica (em particular hidrelétrica) e petróleo de gás são também fundamentais. No caso desse último, há um importante programa de incentivo ao aumento do conteúdo local no fornecimento de bens e serviços para os novos in-

4.- DIEESE. 2007, “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, Nota Técnica 41, Janeiro de 2007.

- vestimentos, especialmente a partir do início das atividades do pré-sal;
- c) A expectativa é de manutenção sustentável de uma taxa de crescimento de 5% a.a. em média nos próximos anos, mais que o dobro da média dos últimos 20 anos;
 - d) Além de uma possível redução da meta de superávit primário, a expectativa de menor dispêndio com pagamentos de juros da dívida interna e a atuação dos bancos oficiais compõem a principal fonte de recursos para a execução do programa.

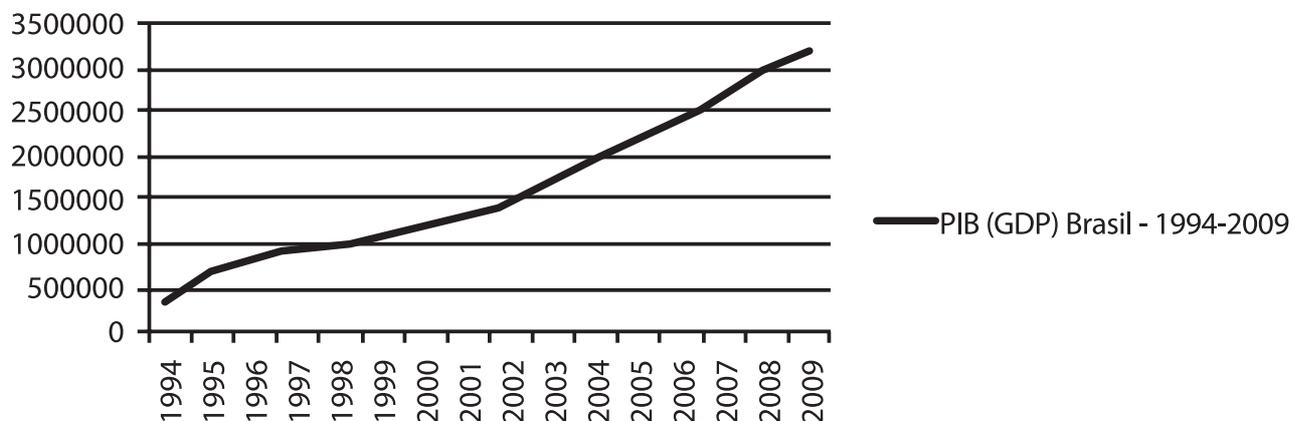
4 Principais resultados.

Os Gráficos 3 a 6 mostram claramente a melhora nas condições de crescimento e distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, especialmente a partir de 2003-4. Por um lado, o PIB registrou um importante aumento da taxa média de crescimento, contribuindo sobremaneira para a redução da taxa de desemprego – que despenca da casa dos dois dígitos para estabilizar-se em torno de 7% ao mês em média.

Por outro lado, a linha de miséria no Brasil caiu drasticamente, mais uma vez com forte inflexão a partir de 2003. Depois da queda imediatamente posterior ao Plano Real de 1994, manteve-se estável ao longo dos dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, voltando a reduzir-se aceleradamente nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva. Com o aumento do salário mínimo, a distribuição de renda passou a apresentar melhora evidente no período considerado.

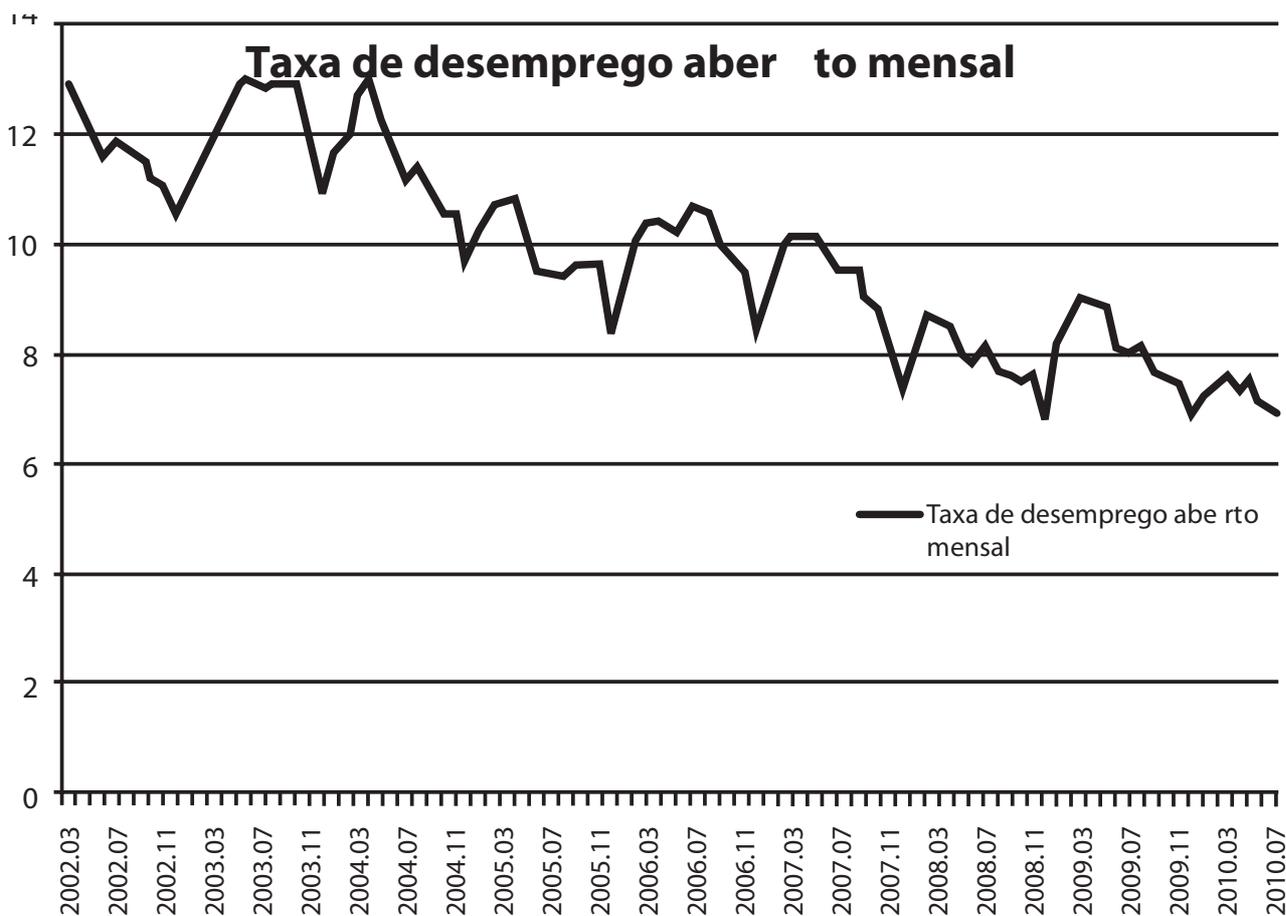
Gráfico 3 – Evolução do PIB no Brasil – 1994-2009

PIB (GDP) Brasil - 1994-2009



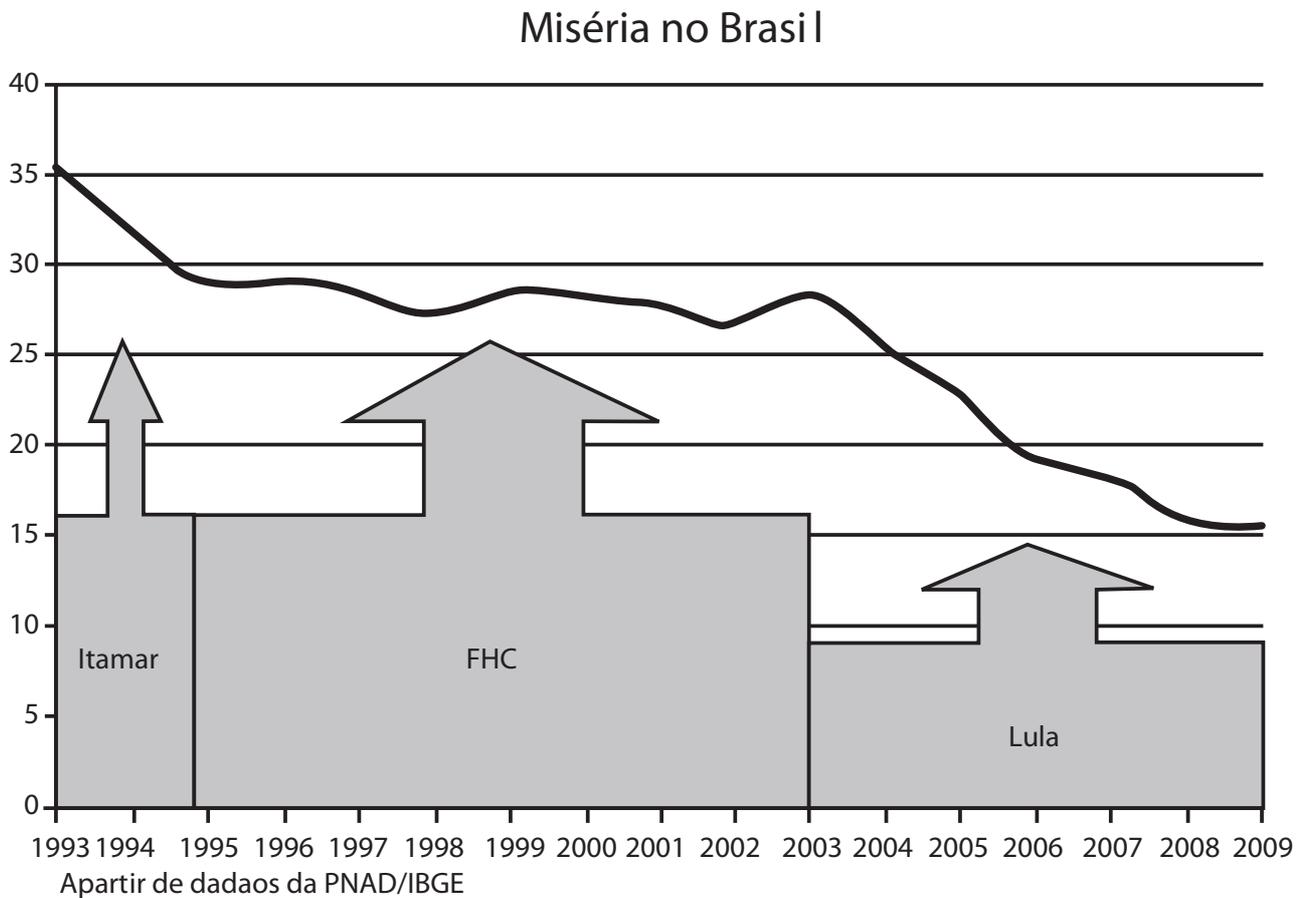
Fonte: IPEADATA

Gráfico 4 – Taxa de desemprego no Brasil – 2002-2010



Fonte: IPEADATA

Gráfico 5 – Redução da linha de miséria no Brasil – 1993-2009

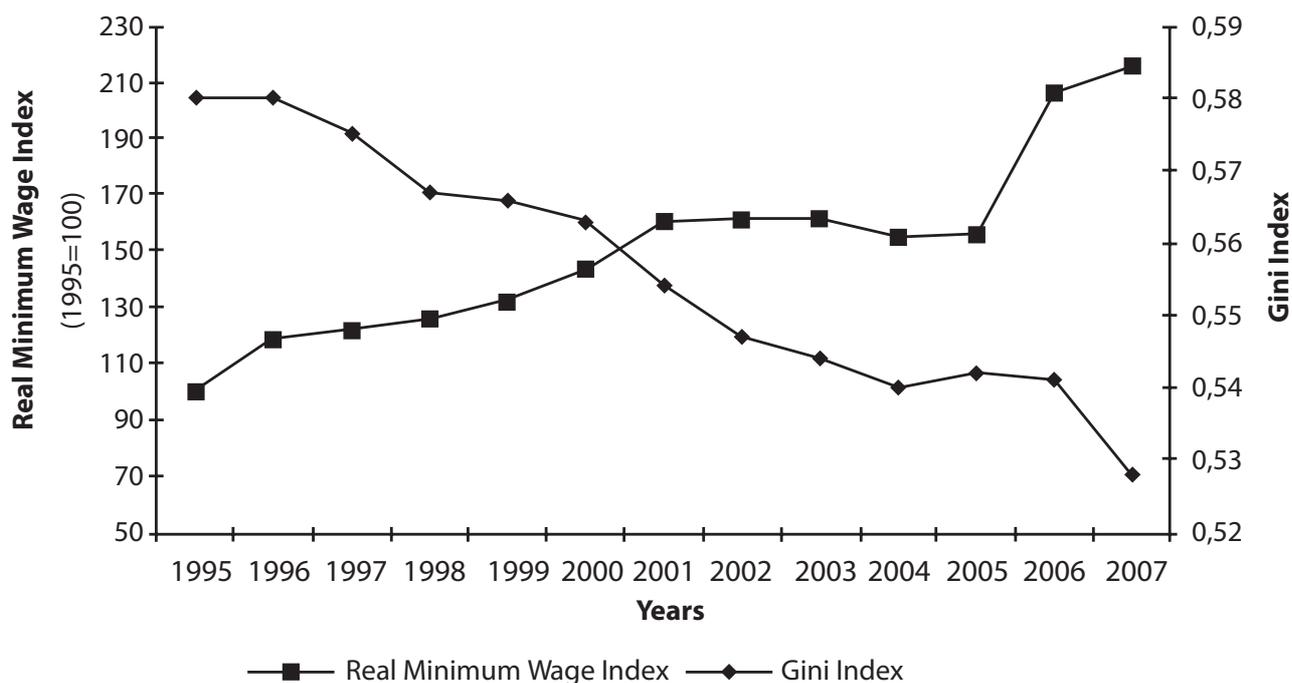


Fonte: <http://muitopelocontrario.wordpress.com/2010/07/21/evolucao-da-miseria-durante-o-real/>

Gráfico 6 – Salário Mínimo Real e Distribuição de Renda – Brasil – 1995-2007

Fonte: OIT (2008)

BRAZIL: CHANGE IN THE REAL MINIMUM WAGE AND INCOME DISTRIBUTION, 1995-2007 a/
(Percentages)



5. Comentários finais.

A economia brasileira iniciou, efetivamente, uma trajetória de maior crescimento que o observado ao longo dos últimos 25 anos, em uma situação de estabilidade mantida e com uma situação externa relativamente confortável;

As condições sócio-econômicas foram substancialmente melhoradas em razão das políticas sociais implementadas que permitiram, ao mesmo tempo, reduzir a linha de miséria absoluta e, após muito tempo, avançar na distribuição de renda;

Os programas básicos para essa guinada parecem transformar-se, cada vez mais claramente, em políticas de Estado, perdendo o caráter de políticas de governo que dominaram o cenário nas três décadas anteriores.

6. Referências bibliográficas

Belluzo, L.G.M. e Almeida, J.G. 2002. “Depois da queda”. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Dantas, A. T. 1998. “Neoliberalismo e globalização” - Revista Archè, # 20, out., p.183-194.

DIEESE. 2007, “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, Nota Técnica 41, Janeiro de 2007.

Ferreira, A. e Jayme Junior, F. 2005. “Metas de inflação e vulnerabilidade externa no Brasil”, Anais da ANPEC, 2005.

Kupfer, D. 2003. “Política industrial”. Econômica, v. 5, N. 2, Dez. 2003.

OIT. 2008 “Good policy practices on minimum wage and social security: the cases of Brazil and Chile”, <http://white.oit.org.pe/estad/laclispub/english/ndestacados/MWSS.pdf>.